

Salão Nobre dos Paços do Concelho

Reunião Ordinária de 24-07-2019

Ata nº 15

Membros da Câmara Municipal	Cargo	P/F/S
Manuel Batista Calçada Pombal	Presidente da Câmara Municipal	P
Vítor Sílvio Cardadeiro	Vereador	P
Daniel Domingues Alves	Vereador	P
José Adriano Esteves Lima	Vereador	F
Maria José Rodrigues Dias	Vereador	P
José Custódio Domingues	Vereador	P
João Pedro Meleiro da Silva	Vereador	P

P-Presença F-Falta S-Suspensão

Situação financeira em 18-07-2019

Operações Orçamentais	460.158,64€
Operações de Tesouraria	575.236,49€
Documentos	278.881,21€

Início da reunião:14.30 horas

Esta reunião foi secretariada por Soraia de Fátima Vaz Domingues, Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal.

I – Antes da ordem do dia

O Presidente da Câmara iniciou a reunião pondo à votação a proposta do executivo da Câmara Municipal de Melgaço de um voto de pesar pelo falecimento do Professor Augusto, no passado dia 18 de julho.

Natural de Alvaredo, onde nasceu a 18 de agosto de 1967, concluiu a Licenciatura no Ramo de Formação Educacional de Física em 1997.

Professor exímio desempenhou vários cargos na comunidade escolar até, por último, ter assumido o de subdiretor do agrupamento de Escolas de Melgaço.

O seu altruísmo levou-o também a abraçar a vida política a nível concelhio, tendo sido eleito vereador da Câmara Municipal de Melgaço nos mandatos de 2001/2005 e 2005/2009, assumindo os pelouros da Juventude e Desporto, que o levaram a ser nomeado para Presidente do Conselho de Administração da Melsport, Empresa Municipal, entre 2003 e 2005.

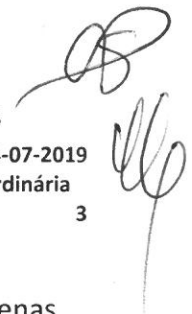
A sua disponibilidade, a sua serenidade, o seu otimismo, a sua capacidade de trabalho, a sua lealdade e o seu entusiasmo contagiaram todos os que com ele trabalharam e privaram.

Por tudo isto a Câmara Municipal de Melgaço expressa e seu maior pesar acompanhado da expressão de solidariedade para com a família.

O voto de pesar proposto, foi aprovado por unanimidade pelo Executivo Municipal.

Prosseguiu a reunião para se pronunciar sobre a inauguração da requalificação do relvado sintético do Centro de Estágios, no passado domingo, com a presença do Ministro da Educação, Desporto e Juventude, referindo que o balanço foi positivo, a obra foi executada com grande qualidade, pelo que se prevê um futuro longo. Relembrou que se trata de um investimento de cerca de 200 mil euros. Informou ainda, que no âmbito da visita do Ministro foi anunciado que Melgaço irá receber a final da Taça de Desporto Escolar de 2020 a qual conta com cerca de 1.000 estudantes e mais de 100 professores.

O Presidente referiu-se ainda, a dois convites realizados aos Vereadores, um para o concerto de música medieval do Professor Galego Carlos Nuñez, o qual decorre na Igreja do Mosteiro de Fiães



no próximo dia 28, pedindo que confirmassem a presença com alguma brevidade pois apenas existem 200 lugares e há muita procura. O segundo convite diz respeito à apresentação do programa do “Melgaço em Festa”, na próxima sexta feira ao final da tarde onde estarão presentes todos os representantes das iniciativas a desenvolver.

Requereu a palavra o Vereador Vítor Sílvio Cardadeiro disse que relativamente aos bancos da Calçada que tinha alertado na passada reunião na freguesia de Couso já tinha conhecimento de que o assunto se encontrava resolvido, apesar de ainda faltarem bancos. Prosseguiu para alertar para uma situação que tem vindo a piorar com a maior afluência de visitantes e que teme que em agosto seja ainda pior, na Rua Fonte da Vila, pois tem verificado que com as obras torna-se complicada a circulação de pesados e em alturas até impossível, levando a constrangimentos no trânsito, aconselhou que fosse colocada sinalização a proibir a circulação dos veículos pesados.

Prossegui também para questionar sobre a aplicação de coimas aos empresários por publicitação dos seus estabelecimentos, referiu que teve conhecimento do caso de uma empresa hoteleira no Peso em que a placa já se encontrava lá colocada há muitos anos, que lhe foi aplicada coima e era uma situação que lhe dava bastante pena, pois estão a publicitar os seus comércios.

O Presidente respondeu que relativamente à Rua Fonte da Vila serão tomadas as necessárias medidas junto dos serviços e da empresa para que tais constrangimentos não ocorram, já no que se refere ao processo de colocação de placas publicitárias sem a necessária autorização e sem o pagamento das taxas respetivas, disse que pelo que tinha conhecimento ainda não teria sido aplicada coima, apenas instaurado processo de contraordenação, porque efetivamente há uma transgressão às normas legais em vigor.

Solicitou a palavra o Vereador José Custódio Domingues para mostrar o seu agrado pelo resultado final das obras desenvolvidas na Rua Quinta de Frades, pois visitou o local e ficou muito agradado. Por outro lado, disse que existia uma outra obra que preocupava, referindo-se à requalificação da estrada que liga Monção a Melgaço.

O Presidente expôs que efetivamente a obra da Rua Quinta de Frades se encontrava praticamente acabada e que se travava de uma obra de excelência. No que diz respeito à estrada de ligação Valença a Melgaço, disse ter conhecimento de que existe um projeto para a referida estrada e que existe interesse em executá-lo em breve. Contudo afirmou que os Autarcas têm um importante papel, pelo que disse já ter falado com o Presidente da Câmara de Monção, e em concordância de ambos foi solicitado ao Engenheiro António Cruz, a realização de um levantamento exaustivo da estrada, para assim determinar quais as intervenções necessárias a realizar. Informou ainda, que o Município de Melgaço já procedeu à adjudicação do respetivo serviço e o Município de Monção só o fará em meados de agosto, para assim antes das eleições se realizar uma reunião de preferência cá, com o Ministro das Infraestruturas. Acrescentou que se trata de um projeto que tem que ser bem pensado e que a solução não será a criação de uma auto estrada, mas por exemplo, deixar de passar pelo centro de Valença, ou seja criar uma variante. Em Monção está a criar-se o mesmo problema ao se criar uma zona urbana nas imediações da estrada nacional. Outra solução será a colocação de uma rotunda de acesso a Zona Industrial, ou nos acessos a Prado. Também se torna necessário estudar uma solução para as curvas na zona de Penso, pois é um local onde tem ocorrido alguns acidentes ao longo dos anos. A resposta não poderá ser imediata, mas está a ser tratado para num futuro próximo se fazerem as melhorias necessárias.

Solicitou novamente, a palavra o Vereador José Custódio Domingues para questionar se já existiam desenvolvimentos nas Termas, frisou que uma vez que o Vereador Vítor Cardadeiro não se tinha pronunciado sobre o assunto, como de costume, seria ele a fazê-lo.

O Presidente da Câmara respondeu que efetivamente já havia alguns desenvolvimentos, pois uma semana depois da assinatura do contrato, o bar já se encontrava aberto, já se realizaram as limpezas mais urgentes e a breve trecho a Fonte Principal será aberta ao público. Quanto ao Balneário disse que não se queria comprometer, pois ainda estavam a analisar algumas opções e a realizar o recrutamento de pessoal, garantiu que, do seu ponto de vista o qual é partilhado pela empresa é preferível esperar pelo momento certo e abrir as Termas com todas as suas potencialidades. Concluiu, afirmando que também se pretendia evoluir em relação à oferta hoteleira pois a empresa tem noção da importância desta componente no desenvolvimento das Termas, garantiu que esta empresa tem uma enorme ambição para o Peso, não só no que se

refere às Termas e ao Hotel, mas sim a proporcionar-lhe o esplendor que possuiu em outros tempos. A todo este trabalho acresce o Plano de Pormenor que se está a desenvolver para o Peso.

Interveio o Vereador Vítor Sílvia Cardadeiro garantindo que de momento se encontra tranquilo em relação ao Peso.

II - Ordem do dia

Administração Municipal

136. Presente para efeitos de análise e votação a Ata n.º 13 de 26-06-2019.

O Executivo deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata n.º 13 de 26-06-2019.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

137. Justificação de faltas.

Neste ponto foi justificada a falta do Sr. Presidente da Câmara, por motivos de agenda.

Divisão de Obras e Serviços Urbanos

138. Presente para efeitos de deliberação o pedido de Albertina Fernandes para alteração de contrato de consumidor doméstico para contrato especial para fins agrícolas. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação n.º 5426 de 03-07-2019, aprovar a celebração de um contrato especial de fornecimento de água para um edifício de apoio à agricultura, no uso das competências que lhe confere o n.º 2 do artigo 50º do Regulamento de Serviços de Abastecimento Público de água.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Desenvolvimento, Educação e Cultura

139. Presente para efeitos de deliberação da doação de sete pinturas alusivas à Lenda de Inês Negra. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

A Vereadora Maria José Rodrigues Dias questionou sobre qual seria o local de colocação das pinturas.

O Presidente disse que seria na Torre, até porque está iria sofrer algumas intervenções no âmbito do projeto Alto Minho 4D, cujo a temática é a Rota dos Mosteiros.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação nº.5760 de 12-07-n 2019, aprovar a doação das sete pinturas alusivas à Lenda da Inês Negra, de acordo da alínea j) do nº.1 do artigo 33º. da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

140. Presente para efeitos de aprovação da transferência da licença de uso privativo do lote n.º 64 da Feira Semanal. A Técnica dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação nº.5226 de 25-06-2019, aprovar a transferência da licença de uso privativo do lote nº.64 da Feira Semanal, de acordo com o estabelecido pelo Decreto-Lei nº.10/2015, de 16 de janeiro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

141. Presente para efeitos de aprovação do pedido de subsídio da Associação Noites Gaiteiras para a execução de tapete floral no âmbito das celebrações religiosas do Corpo de Deus. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.



O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação nº.5626 de 10-07-2019, aprovar o subsídio no valor de 250,00€, no uso de competência que lhe a alínea u) do artigo 33º. Da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

142. Presente para efeitos de aprovação do pedido de subsídio da Associação Recreativa Os Jovens Raianos para a execução de tapete floral no âmbito das celebrações religiosas do Corpo de Deus. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação nº.4935 de 17-06-2019, aprovar o subsídio no valor de 250,00€, no uso da competência que lhe a alínea u) do artigo 33º. Da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

143. Presente para efeitos de aprovação o corte do trânsito entre as 14:30 e as 15:00 horas do dia 3 de agosto por ocasião de evento de angariação de fundos promovido pela Associação A Batela. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação nº.5729 de 12-07-2019 aprovar o corte de trânsito entre as 14:30h e as 15:00h do dia 03 de agosto na estrada nacional 202 nos troços identificados na planta, para angariação de fundos, nos termos conjugados do artigo 9º.do Decreto-Lei 44/2005 de 23 de fevereiro, artigo 7º. Do DR 2-A/2005 de 23 de março e artigo 15º. Do Regulamento Municipal de Trânsito e Estacionamento.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

144. Presente para efeitos de aprovação o pedido de subsídio da Associação de Promotores Turísticos da Branda da Aveleira para realização da festa "Dia do Brandeiro", edição 2019. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Presidente da Câmara propôs a atribuição de 2.500,00€ atendendo ao que tem vindo a ser atribuído nos anos anteriores.

A Vereadora Maria José Rodrigues Dias disse que este subsídio não tinha sido enquadrado no âmbito do Regulamento Municipal e que pelo menos a informação poderia ser mais completa, acrescentando que se os Regulamentos não se aplicam então o melhor seria proceder à sua revogação.

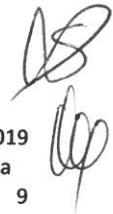
O Presidente disse que esta atividade se encontrava no âmbito do programa do Melgaço em Festa contudo não era pago pelo Município, pelo que a Associação precisa de apoio.

A Vereadora disse que as Associações devem ser mais autónomas e desenvolver as atividades sem estarem a contar com os subsídios do Município.

O Executivo deliberou, por maioria com uma abstenção da Vereadora, Maria José Rodrigues Dias, nos termos de facto e de direito constantes da informação nº. 5615 de 10-07-2019, aprovar o subsídio no valor de 2.500,00€ à Associação de Promotores Turísticos da Branda da Avelreira para a realização da Festa Dia do Brandeiro, no uso da competência que lhe confere a alínea u) do nº.1 do artigo 33º da Lei /5/2013 de 12 de setembro. Esta deliberação foi aprovada em minuta.

145. Presente para efeitos de aprovação o pedido de subsídio da Associação de Promotores Turísticos da Branda da Avelreira para apoio nas despesas relacionadas com a realização da Feira do Gado no dia 29 de junho. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por maioria com uma abstenção da Vereadora, Maria José Rodrigues Dias, nos termos de facto e de direito constantes da informação nº. 5623 de 10-07-2019, aprovar o subsídio no valor de 2.000,00€ à Associação de Promotores Turísticos da Branda da Avelreira para apoio nas despesas com a realização da Feira do Gado, no uso



da competência que lhe confere da alínea ff) do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

146. Presente para efeitos de aprovação o pedido de subsídio da Associação Santiago de Penso para fazer face às despesas inerentes ao Plano de Atividades de 2019. O Técnico dos Serviços prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por maioria com uma abstenção da Vereadora, Maria José Rodrigues Dias, nos termos de fato e de direito constantes da informação nº.5800 de 15-07-2019, aprovar o subsídio no valor de 1.500,00€ à Associação Santiago de Penso para fazer face às despesas inerentes ao Plano de Atividades de 2019, no uso da competência que lhe confere a alínea u) do nº.1 do artigo 33º da Lei 75/2013 de 12 de setembro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

147. Presente para efeitos de aprovação do pedido de subsídio da Junta de Freguesia da Gave para fazer frente às despesas com a requalificação da Fonte e do Tanque da Veiga. O Técnico dos Serviços Prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação nº. 6017 de 18-07-2019, aprovar o subsídio no valor de 13.367,00€, ao qual acresce o Iva, à Junta de Freguesia da Gave, para despesas com a requalificação da Fonte e do Tanque da Veiga, no uso da competência que lhe confere a alínea o) nº.1 artigo 33º. Da Lei nº.75/2013 de 12 de setembro.

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

Divisão de Planeamento e Gestão Territorial

148. Presente para efeitos de aprovação do requerimento para destaque de parcela de terreno de Maria dos Anjos Beites na qualidade de cabeça de casal da herança aberta por óbito de António Domingues. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente data.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos de facto e de direito constantes da informação nº. 5709 de 11-07-2019, aprovar a emissão da certidão comprovativa da verificação dos requisitos do destaque de parcela de terreno, no uso da competência que lhe confere o nº.9 do artigo 6º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

149. Presente para efeitos de aprovação a declaração de caducidade da licença titulada pelo alvará de obras de construção n.º 23/2015. O Gestor de procedimento prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos e de facto de direito constantes na informação nº.5481 de 05-07-2019, aprovar a caducidade do processo, no uso da competência que lhe confere o nº5, artº71 RJUE, na sua atual redação.

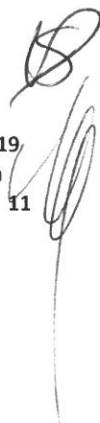
Esta deliberação foi aprovada em minuta.

150. Presente para efeitos de aprovação do Projeto de Execução da Fase 1 da Zona Empresarial de Alvaredo (ZEA). A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Presidente apresentou o assunto explicando que neste momento inicial estará apenas em causa a 1.ª Fase da Zona Empresarial de Alvaredo, informou ainda que na próxima semana irá haver uma reunião na CCDR para obter o último aval e assim poder candidatar a fundos.

O Vereador Vítor Sérgio Cardadeiro questionou se esses valores já iriam ter expressão no Orçamento de 2020 e quais os valores em causa.

O Presidente respondeu que já seriam contabilizados no orçamento de 2020 e que apesar de se candidatarem 2.2 milhões se forem aprovados 1.5 milhões, é uma quantia suportável.



Passou a palavra à Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Territorial, a Arquitecta Patrícia Cunha, para de forma sucinta explicar o Projeto em deliberação.

O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos e de direito de facto constantes na informação nº.5494 de 05-07-2019, e no uso da competência que lhe confere a alínea f), do nº1, do art.33º do RJAL, aprovado pela Lei nº75/2013, de 12 setembro, a aprovação do Projeto de Execução para as obras da Fase 1 da Zona Empresarial de Alvaredo (ZEA).

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

151.Presente para efeitos de aprovação o Projeto para a Rede Municipal de Trilhos Pedestres e Cicláveis - Projetos de Execução dos trilhos 7 e 11. A Chefe de Divisão prestou a informação que ficará anexa à presente ata.

O Presidente explicou que no âmbito do projeto para a Rede Municipal de Trilhos Pedestres e Cicláveis foram inicialmente aprovados 12 trilhos, ficando estes dois trilhos, Laboreiro e Mouro, para data posterior. Neste assunto pediu também à Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Territorial para brevemente explicar o projeto.

A Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Territorial explicou que o projeto inicial foi alterado depois de uma visita com a equipa de trabalho ao local, tendo-se considerado que se podia reduzir vários metros de passadiço aproveitando os caminhos naturais já existentes. Disse ainda, que o trilho correspondente ao Rio Mouro foi dividido em duas partes correspondendo uma das fases de execução a um Albergue, no edifício da Escola Primária, por curiosidade, informou ainda que o Albergue terá uma maquete de grande formato com percurso do trilho.

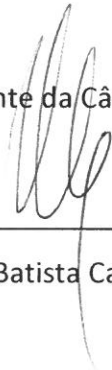
O Executivo deliberou, por unanimidade, nos termos e de facto de direito constantes na informação nº.6061 de 19-07-2019, e no uso da competência que lhe confere a alínea f), do nº.1 do art.º. 33º, Lei nº.75/2013, de 12 de setembro, aprovar o Projeto para a Rede Municipal de Trilhos Pedestres e Cicláveis,

Esta deliberação foi aprovada em minuta.

E nada mais havendo a tratar, quando eram 15.45 horas, foi a reunião encerrada pelo Senhor Presidente, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

E eu, Susana Vaz Domingos Técnica Superior Jurista da Divisão de Gestão Municipal da Câmara Municipal de Melgaço, a subscrevi.

O Presidente da Câmara Municipal



Manuel Batista Calçada Pombal